

# A ERA DAS MIGRAÇÕES EM RORAIMA

## THE ERA OF MIGRATIONS IN RORAIMA

Natália Belmonte Demétrio <sup>1</sup>[0000-0003-0954-6993]  
João Carlos Jarochinski Silva <sup>1</sup>[0000-0002-9510-216X]  
Rosana Baeninger <sup>2</sup>[0000-0002-3817-2807]

<sup>1</sup> Universidade Federal de Roraima (UFRR), Brasil

<sup>2</sup> Núcleo de Estudos de População Elza Berquó, Universidade Estadual de Campinas,  
(NEPO/UNICAMP), Brasil  
nbdemetrio@gmail.com, jcsilva98@hotmail.com, baeninge@unicamp.br

**Resumo.** A Amazônia brasileira, em especial Roraima, representa uma das principais novidades nos estudos sobre migração internacional na América do Sul. Entre 2017 e 2024, o ingresso de mais de 900 mil venezuelanos por Pacaraima (74% do total de ingressos de venezuelanos) trouxe profundas transformações na dinâmica geopolítica da região, fenômeno que levou à organização da primeira intervenção de caráter humanitário centrada nas migrações internacional no Brasil: a Operação Acolhida (Jarochinski Silva; Albuquerque, 2021). Seja pela histórica presença do Exército nas fronteiras amazônicas, pela experiência prévia dessa instituição com emergências humanitárias, pela omissão do poder público local e estadual, ou devido às instabilidades do poder executivo federal, a Operação Acolhida consagrou um modelo de gestão humanitária que mescla militarismo e humanitarismo (Amar, 2020; Watson, 2009). Esse trabalho tem por objetivo fazer um balanço dessa operação, entendendo-a como expressão da consolidação de Roraima como fronteira-tampão global (Agier, 2006; Baeninger, 2024). Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se nos dados oficiais publicados pela Plataforma de Coordenação Interagencial para Refugiados e Migrantes da Venezuela, nos registros administrativos da Polícia Federal brasileira e no acompanhamento às estruturas da Operação Acolhida. No conjunto, essas evidências empíricas reforçam as características específicas de Roraima na era das migrações (Castles; Miller, 2003), demandando esquemas interpretativos que destaquem as dimensões do Sul Global e do Brasil nesse contexto.

**Palavras-chave:** Migração Venezuela, Fronteira, Governança das Migrações; Amazônia.

**Abstract.** The Brazilian Amazon, particularly the state of Roraima, represents one of the most significant new developments in studies of international migration in South America. Between 2017 and 2024, the entry of more than 900,000 Venezuelans through Pacaraima (74% of all Venezuelan entries) brought profound transformations to the geopolitical dynamics of the region, a phenomenon that led to the establishment of Brazil's first humanitarian intervention centered on international migration: Operation Acolhida (Jarochinski Silva; Albuquerque, 2021). Whether due to the historical presence of the Army along the Amazonian borders, its prior experience with humanitarian emergencies, the omission of local and state authorities, or the instability of the

federal executive branch, Operation Acolhida consolidated a humanitarian management model that merges militarism and humanitarianism (Amar, 2020; Watson, 2009). This work aims to assess this Operation, understanding it as an expression of the consolidation of Roraima as a global buffer zone (Agier, 2006; Baeninger, 2024). Methodologically, the research is grounded in official data published by the Inter-Agency Coordination Platform for Refugees and Migrants from Venezuela, administrative records from the Brazilian Federal Police, and direct monitoring of the structures of Operation Acolhida. Taken together, this empirical evidence reinforces the specific characteristics of Roraima in the migration era (Castles; Miller, 2003), requiring interpretative frameworks that highlight dimensions of the Global South and Brazil in this context.

**Keywords:** Venezuelan migration; border; migration governance; Amazon.

## 1. Introdução

A compreensão de Roraima como fronteira-tampão global (Agier, 2006; Baeninger, 2024) implica entender a nova dinâmica das migrações internacionais no mundo (Cortès; Farret, 2009; Castles; Miller, 2003), cujas características principais dialoga com questões geopolíticas; com o incremento das migrações refugiadas; com a forte restrição à mobilidade no Norte Global; com as deportações e as lógicas cada vez mais securitárias de gestão migratória (Yayboke, 2020; Dumont, 2020; Newland, 2020; Gamlen, 2020; De Haas, 2010).

É nesse contexto que surgem os “países tampões”, onde são represados os imigrantes indesejáveis pelo Norte Global (Agier, 2006, p.201).

O Brasil insere-se de modo privilegiado nesse cenário por suas amplas possibilidades de documentação, consolidando-se como o país possível, embora não o desejado (Baeninger, 2016). Nessas condições, as fronteiras brasileiras – em especial as amazônicas – assumem um novo sentido: deixam de ser uma fronteira de vizinhança, marcada por escassa fiscalização e grande porosidade (Rodrigues, 2006), para tornarem-se uma fronteira transnacional, com novas e claras seletividades, intensa fiscalização e controle. Assim, compreender a Era das Migrações Internacionais em Roraima implica uma releitura dos processos migratórios na região. Considerada uma das maiores frentes do desenvolvimento capitalista no mundo (Becker, 2005; Amim, 2015), a dinâmica da migração na Amazônia conjuga a mobilidade do capital e da força de trabalho em nível global (Sassen, 1988), as dinâmicas de circulação específicas à periferia do capitalismo (Basso, 2003), as migrações de crise (Clouchard, 2007), as migrações Sul-Sul (Phelps, 2014) e a redefinição das fronteiras (Baeninger, 2018; Rodrigues, 2006; Peres, 2018; Agier, 2016) e, no atual contexto, o papel dos financiamentos internacionais de iniciativas de recepção e acolhimento realizados no âmbito do Sul Global.

## 2. Material e Métodos

A situação da fronteira em Roraima adquiriu novos contornos a partir de 2015, com a migração Venezuelana. Em 2019, a movimentação de pessoas nos postos de controle

da Polícia Federal brasileira chegou a quase 285 mil registros, declinando drasticamente entre 2020 e 2021 por conta da pandemia de Covid-19. Esse declínio foi rapidamente recuperado nos anos seguintes, fechando 2024 com saldo superior a 116 mil (Tabela 1). Ou seja, passada quase uma década desde a crise na Venezuela, essa população permanece com alta circulação na fronteira.

Considerando apenas os migrantes com carteira de identidade no Brasil, os registros do SISMIGRA pontuam o protagonismo da Venezuela, país de origem de quase 95% dos migrantes com RNM emitido entre 2015 e 2024, tendo Roraima como unidade federativa de residência. No entanto, essa base registra a presença de pessoas oriundas de 127 países diferentes, com destaque para Cuba, Colômbia, Guiana, Haiti, Peru, Índia, Gana, República Dominicana, Equador e Síria (Tabela 2).

**Tabela 1.** Entradas e saídas de não nacionais do Brasil, segundo ano do movimento. Roraima, 2015 a 2024

Ano do Movimento	Entradas	Saídas	Saldo	Total
2015	42.467	38.912	3.555	81.379
2016	66.987	56.942	10.045	123.929
2017	81.978	36.764	45.214	118.742
2018	212.234	56.460	155.774	268.694
2019	239.696	45.151	194.545	284.847
2020	47.777	18.001	29.776	65.778
2021	46.550	5.205	41.345	51.755
2022	130.957	17.806	113.151	148.763
2023	153.931	23.363	130.568	177.294
2024	139.742	23.731	116.011	163.473

Fonte: Sistema de Tráfego Internacional -STI. Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública. Observatório das Migrações (OBMigra). Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO-UNICAMP/Observatório da Dinâmica Populacional em Roraima (ODIPOP-RR)

**Tabela 2.** Imigrantes internacionais com Registro Nacional Migratório (RNM) no Estado de Roraima, entre 2000 e 2024, segundo principais países de nascimento, por ano e País de nascimento.

País	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Total
Venezuela	110	123	4.867	22.919	54.902	17.268	44.495	62.674	42.891	39.473	290.021
Cuba	28	35	54	31	21	12	105	1.160	1.289	3.492	6.366
Colômbia	70	72	56	191	210	47	142	300	244	419	1.846
Guiana	22	6	38	8	100	37	63	243	280	532	1.468
Haiti	19	63	39	185	328	257	114	107	131	42	1.291
Peru	15	10	13	33	35	8	17	53	45	74	502
Índia	0	0	0	0	0	0	2	9	82	105	199
Gana	2	3	6	0	0	1	1	128	2	2	148
República Dominicana	0	1	6	22	24	8	15	23	18	19	145
Equador	4	5	1	8	9	5	11	19	22	39	129
Síria	5	1	1	14	13	7	8	18	7	26	113
Outros países	53	73	60	153	117	50	132	310	186	177	1.583
Total	328	392	5.141	23.564	55.759	17.700	45.105	65.044	45.197	44.400	303.811

Fonte: Sistema Nacional de Registro Migratório (Sismigra), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra. Tabulações Observatório das Migrações em São Paulo – NEPO- UNICAMP/Observatório da Dinâmica Populacional em Roraima (ODIPOP-RR).

Criada em 2018 para organizar a assistência emergencial aos venezuelanos, o desenho metodológico da Operação Acolhida a dividiu em três eixos fundamentais (ordenamento de fronteira, acolhimento e interiorização), centralizando suas decisões estratégicas nas Forças Armadas. Até junho de 2024, mais de milhão de atendimentos foram realizados. Nos seis abrigos em funcionamento na capital Boa Vista, viviam cerca de nove mil pessoas.

Semanalmente, entre 30 e 100 migrantes procuravam moradia nessas localidades<sup>2</sup>. O tempo médio de permanência nesses alojamentos é estimado entre 5 e 6 meses, apesar dos oficiais de proteção do ACNUR relatarem a existência de famílias que há cinco anos viviam nessas condições: principalmente pessoas idosas e com dificuldade de ingresso no mercado de trabalho. A inserção laboral é mais complexa nos abrigos específicos para a população indígena, grupo inicialmente não participante do processo de interiorização (principal forma e saída dessa população nessas localidades), mas que desde 2023 já começaram a engrossar a fila dos interessados em deixar Roraima.

Até dezembro de 2024, 144.503 pessoas haviam sido redistribuídas para outros estados brasileiros com apoio da Operação Acolhida, a maior parte das quais para a Região Sul, em áreas de avançado envelhecimento populacional e presença de grandes frigoríficos (Demétrio; Baeninger, 2023; Baeninger; Demétrio; Domeniconi, 2020). Esse fenômeno redefine os sentidos das migrações na fronteira (Rodrigues, 2006; Peres, 2018; Baeninger, 2018), vinculando-as cada vez mais ao conjunto do território nacional.

### 3. Resultados e Conclusão

A Operação Acolhida consolida um novo modelo de governança das migrações internacionais, mesclando a maior consciência sobre os direitos humanos com a militarização do controle de fronteiras e a perspectiva da segurança humanitária (Mármora, 2010; Amar, 2020; Feldman- Bianco, 2019). Sua análise deve contemplar ainda os desafios relativos ao pacto federativo brasileiro (Arretche, 2012; Araújo, 2018), bem como o “intrincado xadrez” da política migratória nacional (Meunier, 2019), consagrando Roraima como área de disputa na gestão migratória.

A maior atenção internacional dedicada à Amazônia e à migração, somadas com as garantias previstas pela Lei de Migração de 2017 e pelo Estatuto do Refugiado de 1997, dinamizam a Era das Migrações em Roraima, tensionando os novos papéis que o Estado tem sido forçado a assumir em relação à defesa e à promoção dos direitos humanos (Mármora, 2010). Acirra-se, assim, o debate sobre a morosidade na análise dos pedidos de reconhecimento da condição de refugiado, a possibilidade de indeferimento da solicitação, além das disputas políticas e ideológicas que enviesam essa análise.

## Referências

1. AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*, p.197-215, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2>>. Acesso em: 03 mar. 2021. Amar (2020) AMAR, Paul. O Arquipélago da Segurança: estados de segurança humana, políticas de sexualidade e o fim do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2020.
2. ARAÚJO, J. R. de C. Migrações internacionais e o federalismo brasileiro: os venezuelanos no Brasil. In: BAENINGER, R.; SILVA, J. C. J. (Coord.). *Migrações Venezuelanas*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp, 2018.
3. ASSIS, Gláucia de O. Nova Lei de Migração no Brasil: avanços e desafios. In: BAENINGER, Rosana et al. *Migrações Sul-Sul*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018. p. 609-623.
4. BAENINGER, R.; DEMÉTRIO, N. DOMENICONI, J.; FERNANDES, D. M.; JAROCHINSKI SILVA, J. C.; MAGALHÃES, L. F.; ZUBEN, C. V.; VEDOVATO, L. R.; VEGA, S. L. Atlas Temático: Observatório das Migrações em São Paulo - Migrações Venezuelanas. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” - NEPO UNICAMP, 2020.
5. BAENINGER, R. Migrações contemporâneas no Brasil: desafio para as políticas sociais. In: PRADO, E. J. P.; COELHO, R. *Migrações e Trabalho*. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015.
6. BAENINGER, Rosana. Migrações transnacionais de refúgio no Brasil. In: LUSSI, Carmem (org.). *Migrações internacionais: abordagens de direitos humanos*. v. 1. 1 ed. Brasília, Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2017, p. 13-29.
7. BAENINGER, R. Governança das migrações: migrações dirigidas de venezuelanos e venezuelanas no Brasil. In: BAENINGER, R. et al. *Migrações Venezuelanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018.
8. BAENINGER, R., DEMÉTRIO, N., DOMENICONI, J. de O. Migrações dirigidas: estado e migrações venezuelanas no Brasil. *Revista Latinoamericana De Población*, 16, 2021. <https://doi.org/10.31406/relap2022.v16.e202113>
9. CASTRO, M. Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, Vol.11, 2020, p.1-15.
10. CHAVES, J. Humanitarismo, migração e trabalho precarizado no Brasil: em busca dos nexos possíveis. In: *Anais do 46o Encontro Anual da Anpocs*, realizado entre 12 e 19 de outubro de 2022 na Universidade Estadual de Campinas.
11. CHAVES, J. A atuação da defensoria pública da união em favor de imigrantes durante a pandemia de covid-19: um relato de campo. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (Coord.). *Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp*, 2020.
12. FELDMAN-BIANCO, Bela. *Democracias y derechos humanos amenazados: politicas migratorias nacionales y politicas globales en Brasil, de Lula a Bolsonaro (2002-2019)*. Region, 2019
13. GUIMARÃES, N. A. Empresariando o trabalho: os agentes econômicos da intermediação de empregos, esses ilustres desconhecidos. *Dados: revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 279, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/PwLvNSRD33BSZF8X9mnfLBn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 nov. 2023
14. JARDIM, D. F. 2017. *Imigrantes ou refugiados? Tecnologias de controle e as fronteiras*. Jundiaí: Paco Editorial. 256 p.
15. JAROCHINSKI SILVA, J. C. Uma Política Migratória Reativa e Inadequada—A Migração Venezuelana Para o Brasil e a Resolução No. 126 do Conselho Nacional de Imigração

- (CNIg). IN: BAENINGER, R. et al. Migrações Sul-Sul, Campinas (SP): Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – NEPO/Unicamp, p. 637-650, 2018.
16. JAROCHINSKI SILVA, J. C.; BAENINGER, R. O êxodo venezuelano como fenômeno da migração Sul-Sul. REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, v. 29, n. 63, dez. 2021, p. 123-139
  17. JAROCHINSKI SILVA, J. C.; ALBUQUERQUE, E. B. F. Operação Acolhida: avanços e desafios. Refúgio, Migrações e Cidadania, v. 47, 47-72, 2021. MAGALHÃES, 2017
  18. MÁRMORA, L. Modelos de Governabilidad Migratoria. La perspectiva política en América del Sur. Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, Brasília, Ano XVIII, No 35, 2010, p. 71-92.
  19. MAGALHÃES, L. F. A. A imigração haitiana em Santa Catarina: perfil sociodemográfico do fluxo, contradições da inserção laboral e dependência de remessas no Haiti. 2017. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.
  20. MARTINO, A. A.; MOREIRA, J. B. A política migratória brasileira para venezuelanos: do “rótulo” da autorização de residência temporária ao do refúgio (2017-2019). Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana, v.28, n.60, dez. 2020, p.151-166.
  21. MEUNIER, I. O Estado em Interação: o Conselho Nacional de Imigração e a coordenação na política migratória brasileira. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais, v.4, n.3, dezembro/2019, pp. 219-240.
  22. MOREIRA, J. B. Política em relação aos refugiados no Brasil (1947-2010). 2012. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.
  23. OTERO, G.; LOTTA, G. International Migration and Federative Co-ordination in Brazil: São Paulo and Porto Alegre Case Studies between 2013 and 2016. Contexto Internacional vol. 42(2) May/Aug 2020. <http://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019420200004>.
  24. PERES, R. A presença boliviana em Corumbá-MS: a construção de um espaço migratório de fronteira. In: BAENINGER, R.; CANALES, A. (Coord.). Migrações fronteiriças. Campinas, SP: Nepo/Unicamp, 2018, p.504-511.
  25. RODRIGUES, F. Migração transfronteiriça na Venezuela. ESTUDOS AVANÇADOS 20 (57), 2006, p.197-207
  26. SILVA, Sidney Antônio da. Fronteira Amazônica: passagem obrigatória para haitianos? REMHU: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, v. 23, p. 119-134, 2015. Sistema Nacional de Registro Migratório (Sismigra), Departamento da Polícia Federal - Ministério da Justiça e Segurança Pública do Brasil/OBMigra.
  27. SOUZA, A. R. de; RUSEISHVILI, S. As organizações cristãs de abrangência nacional em face da questão dos refugiados. Contemporânea: Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 10, n. 2, p. 537-555, maio/ago. 2020.
  28. WATSON, S. D. The securitization of humanitarian migration: digging moats and sinking boats. Londres: Routledge, 2009.